



A necessidade de passaportes para a (re)ocupação do espaço público: uma reflexão sobre identidade, segurança e gentrificação

The need for passports for (re)occupation of public space: a reflection on identity, safety and gentrification

Priscila Gonçalves Santos¹, Universidade Federal Fluminense, gs.priscila@gmail.com

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (PPGAU-UFF).

RESUMO

A supremacia do consumo na sociedade contemporânea, a atual crise de representatividade política no Brasil, assim como a superação da população urbana frente à rural trazem a tona a discussão sobre o direito à cidade e estimulam um fetiche em torno do espaço público. É possível perceber que recentemente surgiram muitos movimentos de (re)ocupação do espaço público articulados sobre a forma de coletivos urbanos, isto é, grupos de pessoas que se mobilizam para realizar modestas intervenções nesse espaço à partir da cooperação e ajuda mútua. No entanto, o fato de serem muitas vezes organizados por um sujeito cujas habilidades sociais foram atrofiadas por um contexto histórico perverso, faz com que muitos desses coletivos reproduzam uma lógica que ratifica o preconceito, o medo, a segregação socioespacial e a cidade enquanto mercadoria. Estas ocupações pressupõem, em sua maioria, a apropriação de um conjunto de elementos identitários capaz de oferecer segurança a um determinado grupo social, estimulando a gentrificação do local. Este trabalho se propõe a analisar essas recentes ocupações como um retorno da classe média e alta ao espaço público e resgatar tanto o processo que culminou com a necessidade de passaporte para ocupação desses espaços quanto os desdobramentos das ações destes coletivos. Busca-se também ressaltar a pluralidade e complexidade de intenções e ações desses coletivos urbanos, como também a cidade e o espaço público como um espaço em disputa.

Palavras Chave: Espaço público. Ativismo urbano. Coletivos urbanos. Gentrificação.

ABSTRACT

The supremacy of consumption in contemporary society, the current crisis of political representation in Brazil, as well as the overcoming of the urban population versus the rural one bring up the discussion about the right to the city and stimulate a public space fetish. Many movements of (re) occupation of the public space have recently arisen, organized as urban collectives, which can be defined as groups of people that join together to make humble interventions in this space by cooperation and mutual aid. However, as these collectives are often organized by people whose social skills have been diminished by a perverse historical context, causes many of them to replicate a logic that reinforce prejudice, fear, socio-spatial segregation and the city as a product. Most of these occupations employ a set of identity elements capable of offering security to a particular social group, stimulating the gentrification of the place. This paper proposes to analyze these recent occupations as a return of the middle and upper class to the public space from the process that culminated with the need of passport to attend these spaces as well the consequences these collective actions. It also aims to emphasize the diversity and complexity of intended and executed actions of these urban collectives, as well as the city and public space as a disputed space.

Keywords: Public Space, Urban Activism, Urban Collectives, Gentrification

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea é marcada pela consolidação da lógica capitalista nos modos de vida urbana e nas relações interpessoais, assim como pela incorporação do dinheiro e da mercadoria como código cultural, na medida em que estes passaram a compor um conjunto de signos e significações capazes de transmitir valores e significados sociais (HARVEY, 2014b). Conforme denuncia Harvey (2014b), o potencial dos signos, imagens e sistemas de signo na manipulação de gostos e opiniões é apreendido pelo sistema político-econômico vigente, seja através da determinação de modas ou da saturação do mercado com imagens, de modo a garantir sua sobrevivência. Nesse processo, a publicidade e a grande mídia destacam-se como agentes importantes para o fortalecimento desse sistema ao condicionar práticas socioculturais e induzir o consumo de estilos de vida. Sendo assim, o poder desses agentes sob essa sociedade de consumo foi capaz de influenciar, através de um discurso sedutor, tanto o esvaziamento do espaço público, quanto sua recente (re)ocupação, principalmente, pela classe média e alta. Da mesma forma, o controle social estabelecido permitiu criar a ilusão de liberdade e livre arbítrio em torno da experiência urbana que cada vez mais reflete escolhas realizadas dentre as opções determinadas pelo mercado, na medida em que a ocupação do espaço público transforma-se em moda e vira nicho de mercado.

Esse trabalho propõem-se a analisar as recentes (re)ocupações do espaço público desencadeadas por coletivos urbanos sob a ótica da desconstrução deste espaço como esfera pública e da transformação dos cidadãos em consumidores. A partir da análise dos diferentes desdobramentos no espaço público, na cidade e na sociedade das diferentes perspectivas identificadas nas ações desses coletivos, busca-se refletir sobre as disputas simbólicas e espaciais em torno desse espaço e entender o conflito como essencial no processo de construção da cidade. Sendo assim, a fim de melhor entender o motivo pelo qual esse movimento de ocupação pode ser classificado como um retorno da classe média e alta, em sua maioria, ao espaço público, pretende-se resgatar o processo de desqualificação simbólica e espacial que culminou no seu esvaziamento, assim como o processo que desencadeou a necessidade de existir um conjunto de elementos identitários para que esses grupos sociais sintam-se atraídos e motivados a (re)ocupar o espaço público. Da mesma forma, busca-se entender como esse interesse do mercado pelo espaço público reflete uma tendência de cooptação da ação de coletivos urbanos que pareçam engajados em subverter a lógica dominante.

A fim de ilustrar essa discussão serão trazidos os casos do Festival Literário LapaLê, realizado no bairro da Lapa na cidade do Rio de Janeiro, e o caso da "Broadway Like Tijuca", rua repleta de atrações (feira gastronômica, música, arte, entre outros) inaugurada pela construtora Gafisa no lançamento do seu novo empreendimento residencial no bairro da Tijuca, também no Rio de Janeiro.

O ESVAZIAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO: ENTRE A COMPRESSÃO DO TEMPO LIVRE, O MEDO E A HOSPITALIDADE DO ESPAÇO.

Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana; ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação "objetiva" com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da

possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. (Hannah Arendt, 2007, p.68)

Ao analisar as diferentes formas de ocupação do espaço público ao longo do tempo é possível verificar as diversas mudanças na vida urbana, isto é, nas relações sociais e na subjetividade daquele que habita a cidade, e compreender a influência do contexto histórico nesse processo. Sendo assim, percebe-se que o abandono desse espaço pela classe média e alta reflete uma série de questões dentre as quais está a diminuição do tempo livre e da disposição do trabalhador em sair de casa, em decorrência do prolongamento das jornadas de trabalho, e o impacto do aumento significativo da violência urbana fruto do aumento das desigualdades sociais e do acirramento da intolerância entre os diferentes grupos sociais. Essa violência urbana é, em grande parte, motivada por um Estado que cada vez mais compreende a cidade como mercadoria e volta-se para ações e intervenções paliativas, pouco efetivas e comprometidas com a alteração do atual quadro das questões urbanas e sociais.

É possível perceber ainda que esse abandono do espaço público reflete a forte influência das mídias de comunicação no comportamento, no destino do tempo livre e nos desejos da classe média e alta. Através de um discurso altamente sedutor que não só criminaliza, exclui e anula aqueles que não se encaixam nos padrões que estabelece, mas também cria um imaginário de insegurança e medo em torno do espaço público, a mídia não só o desqualifica e desvaloriza a vivência do mesmo, como também alimenta um mercado voltado para produtos e serviços de segurança privada. Da mesma forma, promove o fetiche em volta dos condomínios residenciais fechados cada vez mais equipados com as técnicas de segurança disponíveis no mercado e providos de uma variedade de serviços e comércios que promovem o evitamento do espaço público, a exposição a sua imprevisibilidade e diversidade, e o contato com os grupos considerados perigosos.

A cultura do medo e a tendência em associar segurança a isolamento permitiu, ainda, uma intensa fragmentação do tecido urbano e incentivou a construção de equipamentos urbanos voltados a absorver as funções de lazer, comércio e serviço antes atribuídas quase que exclusivamente ao espaço público. Afinal, o fato de estes equipamentos estarem submetidos a vigilância e a normas de conduta exclui os grupos sociais marginalizados e temidos, viabilizando assim a sensação de segurança necessária para a ocupação dos mesmos.

Por sua vez, a adoção de uma arquitetura que pouco dialoga e, muitas vezes, nega o espaço público contribui para desqualificar esteticamente esses espaços, o que conseqüentemente favorece o processo de esvaziamento. Dessa forma, contribui para intensificar a reprodução dos “não-lugares”, isto é, espaços desprovidos “das expressões simbólicas de identidade, relações e história” (BAUMAN, 2001, p.120) fundamentais para a consolidação do espaço público como ambiente fértil para interação entre estranhos e, conseqüentemente, propício ao desenvolvimento e aprendizado das difíceis habilidades da civilidade (BAUMAN, 2001).

Criados pelos planejadores urbanos modernistas e reproduzidos até hoje, esses espaços públicos-mas-não-civis, conforme define Bauman (2001), se caracterizam por duas dimensões opostas e complementares: a primeira é a da hospitalidade, na medida em que, ao negarem a escala humana e certas tendências do comportamento humano, tendem a desencorajar a permanência, consolidando-se como espaços interditórios; e a segunda se refere à transformação do habitante da cidade em consumidor, o que pode até implicar no compartilhamento do espaço, mas não em qualquer interação social real. A presença das pessoas torna-se, nesse caso, “meramente física e

socialmente pouco diferente, e preferivelmente indistinguível da ausência, para cancelar, nivelar ou zerar, esvaziar as idiossincráticas subjetividades de seus 'passantes'" (BAUMAN, 2001, p.119).

Dessa forma, é possível perceber que diante desse esvaziamento do espaço público pelas classes média e alta, a ocupação deste espaço gradativamente vai se restringindo àqueles que, em sua maioria, estão à margem do sistema econômico e da ideologia hegemônica, seja porque se negam a seguir os padrões de comportamento que estes impõem, porque detém maior controle do seu tempo, ou porque se vêm excluídos dos mesmos. É o caso, por exemplo, de alguns aposentados e das classes sociais de menor ou nenhum poder aquisitivo.

De maneira geral, é possível notar que, enquanto espaço privilegiado de sociabilidade e consolidação da esfera pública, o espaço público enquanto equipamento urbano (praças, largos, rua, entre outros) passou a refletir as novas complexidades que permeiam as relações sociais e a subjetividade do sujeito contemporâneo. Percebe-se também que seu esvaziamento tem prejudicado sua capacidade de construir um mundo comum, isto é, "uma comunidade de coisas que reúne os homens e estabelece uma relação entre eles" (ARENDT, 2007, p.64), o que contribui para enfatizar intolerâncias, preconceitos e estabelecer fronteiras e exclusão social. Afinal, o isolamento ao mesmo tempo em que é produto de um medo crescente e das inovações tecnológicas de vigilância e proteção, atua intensificando todo esse medo (FERRAZ, 2014a), na medida em que não altera as reais causas dessa insegurança e não incentiva a construção de contra-discursos a partir da vivência do espaço público. Sendo assim, o esvaziamento desse espaço ao mesmo tempo em que ilustra os desdobramentos de uma crise da sociedade contemporânea, intensifica-a.

AS RECENTES (RE)OCUPAÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO: O DESPERTAR DE UM FETICHE

A partir das últimas décadas do século XX agrava-se a crise de representatividade política caracterizada pela queda significativa nos índices de participação eleitoral, um aumento significativo na quantidade de eleitores, principalmente jovens, que não se identificam com os partidos políticos existentes, assim como um maior questionamento da legitimidade do Estado enquanto representantes de interesses comuns à sociedade como um todo (STREECK, 2013). Essa crise é motivada, em grande parte, pela maior exposição e o aumento no número e complexidade da corrupção entre grande parte dos políticos e seus respectivos partidos, assim como o crescente descomprometimento do Estado com as causas sociais, na medida em que adota um conjunto de medidas cada vez mais alinhadas com a lógica neoliberal e desalinhadas com as reais necessidade da maioria da população. Um grande exemplo disto é o rumo dado ao planejamento urbano, que gradativamente passou a transformar a cidade em um produto a ser vendido e a incorporar princípios análogos ao de uma empresa tais como: "produtividade, competitividade e a subordinação dos fins à lógica do mercado" (VAINER, 1999, p. 8). A cidade vista como pólo de prestação de serviço e geração de renda, a fim de se manter atraente para os investidores, se submete ao "city marketing" e prioriza intervenções urbanas pontuais capazes de atuar como catalisadores de mudanças importantes e de proporcionar grande repercussão eleitoral. Destaca-se ainda a necessidade de consensos que, em prol do "desenvolvimento", negligencia o aspecto político do planejamento transformando a participação popular, na maioria dos casos, em uma mera formalidade que corresponde a apresentação de projetos previamente definidos ou em uma oportunidade de manipular a opinião pública e obter apoio para intervenções não necessariamente comprometidas com o bem-estar da maioria na população. Nas mesas de negociação a frequente discrepância entre o número de representantes do interesse de uma

maioria e aqueles alinhados a essa lógica perversa de cidade dificulta o prevalecimento de decisões socialmente justas, e a participação dos atores acaba sendo feita basicamente por aqueles que detêm o poder econômico (SABOYA, 2008).

Da mesma forma, a maior extensão do alcance da lógica neoliberal nas relações sociais e na subjetividade do sujeito contemporâneo, na medida em que incentiva um individualismo isolacionista e permite a projeção cada vez maior de uma vida urbana marcada pelo "alargamento de um apartheid social e a perda de valores compartilhados" (RIBEIRO, 2005) possibilitou a atual transformação dos cidadãos em meros consumidores. A pouca participação política destes reflete o descaso com o futuro, fruto da efemeridade e liquidez dos tempos atuais, e é marcada pela passividade de quem não escolhe o que consome e é incapaz de distinguir entre necessidade e desejo. Enquanto consumidores tendem a adotar também uma postura política que presa essencialmente pelo bem-estar seu e de sua família. Sendo assim, os atos de participação política viram uma busca por satisfação individual: "se o produto parar de empolgar o consumidor, este pode abandoná-lo sem culpa" (STREECK, 2013). Gradativamente, intensifica-se um processo de desconstrução da "ideia de que a cidade poderia funcionar como um corpo político coletivo, um lugar no qual e a partir do qual poderiam surgir movimentos sociais progressivos" (HARVEY, 2014a, p.49), e as ideias de identidade urbana, cidadania e pertencimento ficam cada vez mais ameaçadas.

A percepção que a organização política tradicional não é capaz de atender as demandas da sociedade tem favorecido a ascensão de políticos que se autodeclaram gestores apolíticos, especialmente os situados a direita do espectro político (SARTORI, 2016), entretanto também tem estimulado uma onda cada vez mais intensa de formas alternativas de ativismo político nas cidades. Estes grupos, conforme afirma Harvey (2014a), engajaram-se em:

superar o isolamento e reconfigurar a cidade de modo que ela passe a apresentar uma imagem social diferente daquela que lhe foi dada pelos poderes dos empreiteiros apoiados pelas finanças, pelo capital empresarial e por um aparato estatal que só parece conceber o mundo em termos de negócios e empreendimentos. (HARVEY, 2014a, p.49)

Destacam-se aqui as ações de pequenos grupos autogeridos por pessoas da sociedade civil, em sua maioria jovens, que se articulam majoritariamente através de redes sociais digitais. Esses grupos se mobilizam para realizar modestas intervenções urbanas no espaço público voltadas, por exemplo, para sensibilizar as pessoas para o outro e a cidade ou denunciar a inércia da realidade social e urbana na qual estão inseridos. Alguns desses coletivos, no entanto, se organizam com o intuito de modificar a espacialidade do espaço público de maneira a dotá-lo de condições mais favoráveis à apropriação e à sociabilidade. De maneira geral, as diversas ações desses grupos destacam-se pela capacidade de inventar espaços capazes de fortalecer a esfera pública e atribuir ao espaço público a prática política negada à maioria da população. O coletivo Ocupe & Abrace, conforme descrevem Federizzi (2014) e Hori (2016), e os coletivos A Batata Precisa de Você, Curativos Urbanos e Hortelões Urbanos, conforme descreve Hori (2016), por exemplo, parecem se aproximar deste conceito.

Esses grupos, denominados coletivos urbanos, parecem ser influenciados pela retomada dos estudos e das discussões com ênfase nos vínculos sociais e na problemática dos elos entre indivíduo e sociedade, na medida em que compartilham um fetiche e encantamento em torno da cidade e de seu espaço público, sua dimensão material (espacial) e imaterial (esfera pública). Sendo assim, muitos desses coletivos tendem a contestar a ideia de que qualidade de vida está

estritamente associada à negação do espaço público e ao enclausuramento em condomínios residenciais cada vez mais luxuosos e auto-suficientes, e vão defender, de forma similar às ideias dos situacionistas, a reapropriação do território urbano a partir de um meio lúdico capaz de reconstruir o imaginário em torno da cidade como “um espaço para ser vivido coletivamente e onde experimentar comportamentos alternativos” (CARERI, 2015, p.98).

Também é possível verificar que muitos desses coletivos se articulam de maneira a reivindicar e exercitar a ideia do direito à cidade difundida por Henri Lefebvre (2001), que pode ser definido como o direito de todos aqueles que habitam a cidade, indiscriminadamente, à vida urbana, à liberdade, ao habitat e ao habitar, como também o direito a participar das decisões referentes à cidade e a se apropriar do espaço público, mas não no sentido de privatizá-lo. No caso daqueles coletivos voltados a realizar pequenas reformas no espaço público pode-se identificar ainda alguns princípios e soluções adotados por urbanistas voltados a resgatar a escala humana das cidades. Percebe-se, portanto, que a grande maioria desses coletivos de certa forma busca resgatar o potencial desse espaço enquanto esfera pública, mundo comum capaz de integrar e promover a sociabilidade entre estranhos, assim como espaço de aventura, de diversidade, democracia e conflito.

Vale ressaltar que embora as redes sociais digitais sejam abrangentes e ágeis e possibilitem trocas mais intensas, elas tendem a conectar, em grande parte, os sujeitos ou agentes sociais através de laços de afinidade. Sendo assim, é de grande relevância a preocupação desses coletivos em manterem-se abertos, principalmente em suas ações no espaço público, àqueles anônimos que observam ou participaram de suas intervenções, de forma a manter o processo democrático. Da mesma forma, o fato de muitos desses coletivos urbanos estarem engajados em consolidar, a partir do lugar, uma identidade comum permite que eles tenham um grande potencial de organizar este lugar e oferece bases para ações políticas. No entanto, eles se demonstram frágeis no que se refere a organização do espaço, visto que não podem suportar sozinhos a carga de uma mudança histórica radical (HARVEY, 2014b). Da mesma forma, esses movimentos de oposição ao poder dominante na medida em que se apegam a uma identidade dependente de lugar "se tornam parte da própria fragmentação que um capitalismo móvel e uma acumulação flexível podem alimentar" (HARVEY, 2014b, p.272). Sendo assim, destaca-se ainda outro agravante dessa identidade comum criada a partir do lugar, "a busca por raízes termina, na pior das hipóteses, sendo produzida e vendida como imagem, como um simulacro ou pastiche" (HARVEY, 2014b, p.273).

A divulgação que esses coletivos urbanos fazem de um outro imaginário de cidade e sociedade a partir de ações cada vez mais táticas têm reverberado positivamente e incentivado o surgimento de novos coletivos e a ocupação do espaço público, inclusive por algumas pessoas que haviam se retirado do mesmo em decorrência da cultura do medo. No entanto, essa maior visibilidade tem gradativamente despertado a curiosidade e o interesse do mercado de imagens e desejos fazendo com que este passe, ao poucos, a modificar seu discurso e transformar a (re)ocupação do espaço público em um nicho de mercado. Sendo assim, conceitos de bem-estar, qualidade de vida e status social passam a estar associados à ocupação deste espaço.

A forte influência e controle da ideologia dominante sobre a subjetividade, o comportamento e as ações do sujeito contemporâneo vai desencadear certo fetiche em torno do espaço público e possibilitar a proliferação de coletivos que, mesmo não intencionalmente, vão estabelecer uma lógica oposta àquela apresentada anteriormente. Estes coletivos vão funcionar, portanto, como mera engrenagem de um sistema perverso, possibilitando a reprodução da monetarização das

relações sociais e da mercantilização do espaço público impulsionando a gentrificação deste e de suas áreas vizinhas, e a segregação socioespacial.

Essa outra vertente de coletivos urbanos, em sua maioria, ocupa o espaço público a partir de eventos efêmeros, às vezes temáticos, que incluem feiras de moda, artesanato e gastronomia, por exemplo. De maneira geral, tendem a divulgar o trabalho de pequenos empreendedores da classe média motivados pela ideia de possuir seu próprio negócio a partir da economia criativa. Estabelecem, portanto, uma ocupação do espaço público com base, prioritariamente, em relações de consumo. Possibilitam, dessa forma, a exclusão daqueles que estão à margem dos padrões de consumo estabelecidos pelo evento. Essa ocupação do espaço público pela classe média e, em menor número, alta da sociedade tem-se intensificado gradativamente diante da profissionalização e multiplicação desses eventos. Da mesma forma, percebe-se uma forte influência de um marketing, cada vez mais sedutor, e capaz de conferir certo status social aos mesmos e divulgar um modo de vida e um imaginário urbano que enaltece o direito das mesmas em ocupar esses espaços.

Uma parte significativa desses coletivos urbanos que articulam e organizam esses eventos efêmeros tende a compartilhar uma série de signos e símbolos (como por exemplo, os food-trucks), assim como atividades e produtos (música, cerveja e hambúrguer artesanais, brownie e brigadeiro gourmets), de forte apelo estético e imagético que acabam atraindo um tipo específico de público. Esta "estética" que esses eventos compartilham permitem que determinados grupos sociais sintam-se seguros para ocupar espaços antes evitados, proporcionando uma ampliação de fronteiras e alimentado um espírito desbravador. Sendo assim, esses signos capazes de conferir identidade a determinado grupo social surgem como passaportes que habilitam-no a acessar livremente os espaços públicos, que em "condição normal" seriam evitados.



Figura 1 e 2-Fotos da praça Tiradentes, na cidade do Rio de Janeiro, com e sem o evento Tiradentes Cultural. Foto: Grupo Scenarium² e Beth Santos³, respectivamente.

Sendo assim, embora sejam realizados em espaços públicos nos quais qualquer um, a princípio, teria o direito de ocupar, a estética desses eventos, a ocupação do mesmo por pessoas que compartilham claramente de uma identidade comum, ao mesmo tempo em que cria uma sensação de segurança, impõe, quase que automaticamente uma segregação. Observa-se que são poucos aqueles estranhos que se "atrevem" e "ousam" romper a dinâmica e a homogeneidade

2 Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/rio/festa-junina-anima-praca-tiradentes-que-vira-point-cultural-19431136.html>>. Acesso em: 28 nov. 2016

3 Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=5093153>>. Acesso em: 28 nov. 2016

desses eventos. Normalmente, são pessoas que compartilham a coragem comum àqueles que não têm mais nada a perder, já perderam sensibilidade para notar que ali não eram convidados, ou àqueles "baderneiros" que entendendo que não são bem-vindos resolvem desafiar a ordem imposta.

Diante do atrofiamento das habilidades sociais, da incapacidade de se reconhecer a humanidade do outro, do preconceito e da intolerância, as dúvidas em torno das intenções desse "estranho" fazem com que, com frequência, opte-se pela presença de um aparato policial e pela "repressão preventiva", a fim de garantir uma segurança que "se opõe ao uso democrático da cidade, pois priva a plena acessibilidade dos outros cidadãos" (FERRAZ, 2014b).

O direito à cidade, nesse contexto, ganha nova interpretação. Deixa de se configurar como o direito universal de acesso aos recursos da cidade e como o direito de reinventar a cidade e a sociedade através de um poder coletivo sobre o processo de urbanização (HARVEY, 2014a). O direito à cidade, ao contrário, adota uma dimensão excludente e passa a ser usado para legitimar uma disputa por territórios desencadeada por frentes de gentrificação.

Sendo assim, embora esses eventos tenham contribuído para a ocupação do espaço, eles não necessariamente garantem a sua consolidação enquanto esfera pública ou espaço de sociabilização entre desconhecidos que possuam ou não o mesmo conjunto de signos, visto que o compartilhamento de tempo e espaço não garante uma interação ou troca entre eles. Afinal, as ocupações propostas por esses tipos de coletivos, ao instituir frentes de gentrificação, acabam permitindo a demarcação de territórios e uma maior segregação socioespacial.

Da mesma forma, percebe-se que esses eventos efêmeros têm atribuído ao espaço público uma espécie de descartabilidade, na medida em que ele só se torna atraente quando provido desses eventos e/ou de seus elementos de identificação e identidade. Percebe-se também que os atrativos locais, a vida local são destituídos de seu potencial social, cultural, político e estético quando se associa a vitalidade dos mesmos à existência desses eventos. Assim, estes acabam contribuindo para o fortalecimento dos discursos de "revitalização" e "requalificação", frequentemente veiculados pela grande mídia e utilizados pelo poder público para justificar suas ações em prol da gentrificação dos espaços urbanos e mercantilização da cidade. Principalmente porque tendem a ocorrer em áreas interessantes para o mercado, isto é, áreas emblemáticas e de grande visibilidade da cidade que instigam certa curiosidade e aguçam o imaginário de seu público alvo devido a seu forte apelo simbólico seja pelo seu peso histórico ou cultural, por exemplo, e que, em determinado momento, por diversos motivos foram consideradas como inseguras e esvaziadas.

A cooptação dos coletivos urbanos pelo sistema político-econômico vigente tende a chegar a níveis de manipulação ainda maiores quando analisadas suas ações. Estas parecem tentar camuflar os dissensos e conflitos intrínsecos ao espaço urbano, como também transformar os coletivos em um movimento acrítico. Sendo assim, a fim de ilustrar toda a complexidade que permeia esses eventos que recentemente têm ocupado o espaço público e que cada vez mais se emancipam e se distanciam das premissas que o desencadearam, destaca-se assim o caso do festival Lapalê, na cidade do Rio de Janeiro.

O LAPALÊ

Festival literário Lapalê que realizou duas edições, uma em 2015 outra em 2016, propõe uma "maratona cultural" com programação gratuita no bairro da Lapa, na cidade do Rio de Janeiro, e se concentra na Praça dos Arcos, um dos ícones do imaginário da "Cidade Maravilhosa". Lançado como parte das comemorações do Rio 450 anos e Lapa 100 anos (MERCADO IMOBILÁRIO, 2016), o festival é patrocinado pela Secretaria Municipal de Cultura e tem o apoio de algumas instituições privadas (LAPALÊ, 2016a). Segundo um dos organizadores, Julio Silveira, "o evento é antes de tudo um encontro de escritores, editores, historiadores, designers, urbanistas, agentes locais de cultura, moradores e frequentadores da Lapa". Busca-se reviver práticas artísticas da região, incentivar a leitura e "abrir o diálogo criativo, e produtivo, entre o patrimônio cultural carioca e os novos criadores; entre o passado e futuro, para que, daqui a 100 anos, possamos comemorar as "tradições" que estamos inventando hoje" conforme declara Silveira (LAPALÊ, 2016b).

O evento reúne editoras e criadores de produtos ligados à literatura com foco em obras dedicadas à memória da cidade e à identidade do Rio e inclui na sua programação lançamento de livros, festival e concurso literário, atrações musicais (Lapa Sonora), passeios com escritores, eventos, intervenções, e debates no fórum aberto FalaLapa. Esses debates buscam refletir sobre o constante processo de transformação urbana e cultural vivenciado pela Lapa. A última edição tratou ainda de discutir o samba, em homenagem ao centenário deste estilo musical, a cultura carioca de matriz africana e uma série de outros temas atualmente em pauta como os desafios para quem vive de (e para) a cultura, os núcleos de economia criativas e as transformações culturais desencadeadas por coletivos em algumas comunidades (LAPALÊ, 2016b). A segunda edição, diferentemente da primeira, optou, ainda, por absorver a tendência das feiras de artesanato e gastronomia e comercializou produtos inspirados em literatura e alimentos (comidas e bebidas) orgânicos e/ou gourmetizados produzidos por pequenos empreendedores.



Figura 3 - Foto do Festival Lapalê, na Praça dos Arcos. Foto: Ana Rovati⁴

⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/lapalefestival/photos/a.1584124665185648.1073741830.1543317245933057/1586130001651781/?type=3&theater>>. Acesso em: 23 de nov. 2016

No final da manhã do dia 7 de maio de 2016 visitei a segunda edição do Lapalê, localizada na Praça dos Arcos. Apesar da proposta do evento em estabelecer um diálogo com a população e produtores culturais locais, assim que cheguei ao local observei que este diálogo se estabeleceu de maneira limitada e carregada de estigmas. A população local, especialmente os mendigos que costumam habitar a Lapa, parecia sentir-se excluída do evento e bastante desconfortável com aquela invasão do seu espaço. Era possível ver o olhar desejoso de muitos mendigos para aquele festival de comidas gourmetizadas, orgânicas e artesanais cujo preço determinava sua exclusão.

Aos poucos, fui observando alguns aspectos do evento que contribuíram para reforçar a minha primeira impressão. Em primeiro lugar, pude observar uma tendência dos organizadores em reproduzir a imagem de uma Lapa saudosista, baseada essencialmente em consensos de um imaginário rico em manifestações artísticas e culturais e que negligencia a dimensão dos inúmeros conflitos estabelecidos historicamente na região. Em segundo lugar, observei que apenas a parte dos arcos que funcionava como cenário para o festival apresentava uma pintura fresca o que parecia denunciar a intenção de utilizar imagens daquele local como futura ferramenta de marketing. Em terceiro lugar, a estética e os produtos comercializados na feira enfatizavam símbolos e signos que remetiam a um determinado grupo e classe social que não necessariamente pertence àquela localidade e que, de certa forma, alheios à realidade de boa parte da população local. Me chamou a atenção também que a feira possuía um stand da Gafisa, construtora voltada para empreendimentos comerciais e residenciais de médio e alto padrão, e de grande relevância no mercado imobiliário brasileiro. No entanto, a participação da Gafisa pôde ser esclarecida posteriormente a partir de uma pesquisa bibliográfica.

Segundo publicação do site Mercado Imobiliário (2016), "participar deste modelo de evento faz parte da estratégia de marketing da Gafisa que incentiva a valorização da cultura no país". No entanto, a construtora está investindo na construção de um empreendimento residencial que promete oferecer um "conceito de moradia inovador" para a região: o Mood Lapa (MERCADO IMOBILIÁRIO, 2016). Segundo divulgação, este residencial "vai contar com diversas opções de comodidade e serviços exclusivos" (espaço fitness, salão gourmet, lavanderia, entre outros), assim como "apartamentos em formato de studio, com todos os ambientes integrados, incluindo quarto e sala" (MERCADO IMOBILIÁRIO, 2016).

É interessante notar também que cerca de seis meses após o Lapalê esta mesma construtora se apropriou dos diversos signos usados pelos coletivos urbanos anteriormente citados para lançar o condomínio residencial "Like Tijuca Village Club", localizado no bairro da Tijuca, também no Rio de Janeiro (GAFISA, 2016). Sendo assim, seja com o intuito de atrair seu público alvo ou conquistar a vizinhança, alienando-a do processo de gentrificação em curso, esse empreendimento criou a "Broadway Like Tijuca" uma rua repleta de food-trucks e que "reúne gastronomia, arte e música". Classificada pela reportagem patrocinada publicada no jornal O Globo (GAFISA, 2016) como "a boa pedida do fim de semana" essa rua oferece:

(...) diversas atividades que promovem o bem-estar e o lifestyle saudável. No local, é possível conhecer o novo empreendimento 'Gafisa Like Tijuca' e analisar propostas do projeto apaixonante. A intenção, garante a empresa, é proporcionar uma experiência única e agradável para o futuro morador do empreendimento e seus familiares. (GAFISA, 2016)



Figura 4 e 5 - "Movimento intenso nos primeiros finais de semana de funcionamento da Broadway Tijuca" (GAFISA, 2016). Foto: Camila Serpa⁵.

A respeito desse empreendimento, cujo diferencial, segundo a reportagem patrocinada publicada no jornal O Globo (GAFISA, 2016), é a segurança, garantida por "um sistema de guarita, circuito fechado de TV e câmeras nas áreas vitais, segurança perimetral e dois portões paralelos: um para o acesso preliminar e o segundo que será aberto apenas após a identificação dos moradores ou visitantes", o diretor-executivo da companhia, Luiz Carlos Siciliano, declarou que:

O empreendimento vai dar uma nova vida ao bairro. Buscamos enaltecer o que a região tem de melhor, além de proporcionar aos nossos clientes um condomínio moderno, com infraestrutura completa e diversas opções de plantas. (GAFISA, 2016)

Essa declaração, assim como todo apelo simbólico do evento proposto pela construtora, ilustra a discussão com relação à apropriação, distorção, descaracterização e a cooptação das diversas formas de apropriação do espaço público. A manipulação de signos e símbolos simplifica processos complexos de (re)ocupação deste espaço. Dessa forma, através da criação de consensos intensifica ainda mais a vulnerabilidade de grande parte da população às arbitrariedades do sistema econômico em vigor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade de passaportes para a (re)ocupação do espaço público parece, no mínimo, contraditória e só pode ser compreendida a partir do resgate do processo que desencadeou o esvaziamento e a recente (re)ocupação desses espaços pelas classes média e alta. Implica, portanto, em uma reflexão acerca da supremacia do consumo na sociedade contemporânea e a insegurança gerada pela fragmentação cada vez mais intensa da sociedade. Afinal, esses mecanismos de controle social tendem a alienar o ser humano de sua força inventiva e de sua condição como ser social. Tendem, portanto, a fazê-lo internalizar e reproduzir a lógica hegemônica, como também fortalecer a divisão e separação da sociedade em grupos que, cada vez mais, sentem-se ameaçados uns pelos outros.

Dessa forma, esses mecanismos de controle social permitem consolidar fronteiras e, conseqüentemente, disputas pelos espaços urbanos, o que dificulta a construção de contra-discursos e, conseqüentemente, permite o acirramento de preconceitos, medos e intolerâncias, intensificando todo o processo numa espiral negativa. Esses mecanismos também estimulam a busca por segurança através do refúgio que determinados símbolos e signos de cunho identitário

⁵ Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/gafisa-apresenta-residencial-na-tijuca-inova-com-experiencias-de-lazer-20248928>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

são capazes de criar. É a partir dessa associação entre segurança e identidade comum que torna-se possível compreender, portanto, a necessidade de passaportes para a (re)ocupação do espaço público.

Sendo assim, percebe-se que os recentes movimentos de (re)ocupação do espaço público pelas classes médias e altas desencadeado pela ação de diversos tipos de coletivos urbanos permite compreender que a realidade urbana é construída pelo conflito, isto é, pela frequente disputa entre diferentes forças da dimensão simbólica e física da cidade e do espaço público.

Dessa forma, percebe-se que de um lado tem-se grupos de pessoas sob forte influência dos meios de manipulação comprometidos em reproduzir e fortalecer um sistema político-econômico essencialmente contraditório e perverso que se alimenta do medo, da competição, como também da naturalização do grotesco e sua incorporação à cultura. De maneira geral, sua (re)ocupação ocorre incentivada pelo fetiche que estes meios passaram a atribuir a este espaço, antes esvaziado pela aura de insegurança a ele associada. Sendo assim, tendem a ressignificar o direito à cidade como um direito individual capaz de privá-la de estranhos. Essa relação de posse permite, portanto, legitimar a gentrificação como uma estratégia de segurança que permite expulsar aqueles que não compartilham dos mesmos símbolos e signos. Sendo assim, a ação desses coletivos, ao permitirem uma maior a homogeneização do espaço, geram gradativamente um maior estranhamento, medo, ansiedade e, conseqüentemente, uma maior vulnerabilidade à manipulação. Estimulam, portanto, a segregação socioespacial e a intolerância ao outro que lhe é estranho.

Entretanto, por outro lado, observa-se que grupos de pessoas menos condicionadas à lógica dominante se aproximam de uma maior consciência de sua força-inventiva e buscam formas de subverter essa lógica através de ações que resgatem a esfera pública do espaço público e o direito à cidade enquanto direito comum a todos. Dessa forma, se entendidos a partir de uma lógica de esperança, esses coletivos, têm em suas ações a possibilidade de inspirar as transformações necessárias para a construção de uma sociedade e uma cidade mais justa e integrada socialmente e, conseqüentemente, um espaço público de fato. Afinal, embora suas ações sejam, em sua maioria, pequenas e de alcance limitado, elas permitem demonstrar que a realidade é passível de transformação e permitem resgatar a ideia de utopia como algo que, embora inatingível, faz com que a humanidade evolua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDET, Hannah. **A condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. [1958] 352p.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 [2000]. 258p.
- CARERI, Francesco. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. São Paulo: G.Gilli, 2015. [2002]188p.
- FEDERIZZI, C. **Design para inovação social: a cidade feita pelas pessoas**. 2014 abr. 01. 132 f. Dissertação (Mestrado em Design) - Universidade Vale do Rio do Sinos. Porto Alegre, 2014.
- FERRAZ, S. M. T. ; MENDONÇA, P. R. C. C. ; Lyra, L. . Arquitetura da Violência: Segurança patrimonial, 'dessociabilidade' urbana e gentrificação. In: V SEMINÁRIO INTERNACIONAL

DERECHOS HUMANOS, VIOLENCIA Y POBREZA, 2014, Buenos Aires. **Anais...** V Seminário Internacional de Direitos Humanos, 2014. v. 1.

FERRAZ, S. M. T. ; MENDONÇA, P. R. C. C. ; Lyra, L. . Arquitetura da Violência: Segurança patrimonial, 'dessociabilidade' urbana e gentrificação. In: V SEMINARIO INTERNACIONAL DERECHOS HUMANOS, VIOLENCIA Y POBREZA, 2014, Buenos Aires. **Resumos...** do V Seminário Internacional de Direitos Humanos, 2014. v. 1.

GAFISA. Gafisa apresenta residencial na Tijuca e inova com experiências de lazer. 06 out. 2016. **Jornal O Globo**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/gafisa-apresenta-residencial-na-tijuca-inova-com-experiencias-de-lazer-20248928>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito a cidade à revolução urbana**. São Paulo, Martins Fontes, 2014a [2012] 288p.

HORI, P. Práticas urbanas inovadoras, insurgentes, democráticas In: XI COLÓQUIO QUAPÁ-SEL, 2016. Salvador. **Anais Eletrônicos...** Salvador, 2016.

_____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2014b [1989] 348p.

LAPALÊ. **Lapalê: Lapa, Literatura, Entusiasmo**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://lapalefestival.com.br>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

LAPALÊ. **Releases de Imprensa**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://lapalefestival.com.br/files/lapale_release_2016.docx>. Acesso em: 19 nov. 2016.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2001 [1968] 141p.

MERCADO IMOBILIÁRIO. Gafisa marca presença no Lapalê. **Mercado Imobiliário**. 6 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.mercadoimobiliario.net/gafisa-marca-presenca-no-lapale-neste-fim-de-semana/>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

RIBEIRO, Ana. SOCIABILIDADE, HOJE: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**, v. 18, n. 45, 2005.

SABOYA, Ricardo. Planejamento estratégico de cidades – parte 1. **Urbanidades**. 29 mai. 2008. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2008/05/planejamento-estrategico-de-cidades-parte-1/>>. Acesso em 18 nov. 2016

SARTORI, Caio. Resultado das eleições mostra crescimento de outsiders da política. **O Dia**, Rio de Janeiro, 13 nov. 2016. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/brasil/2016-11-13/resultado-das-eleicoes-mostra-crescimento-de-outsiders-da-politica.html>>. Acesso em: 18 nov. 2016

STREECK, Wolfgang. O cidadão como consumidor: considerações sobre a invasão da política pelo mercado. Ed. 79. Abr. 2013. **Revista Piauí**. Disponível em: <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-cidadao-como-consumidor/>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

VAINER, Carlos. Pátria. Empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1999 Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: PROPUR – UFRGS, 1999.